**MEMÓRIAS DO ESPORTE: UM CASO DE FUTEBOL NO CEDOC/G Área Temática:** Cultura

Terezinha Saldanha (Coordenador(a) da Ação de Extensão)

Terezinha Saldanha1

Wagner Henrique Neres Fiuza2

**Palavras-chave:** Futebol, Memória, Processo-crime, Violência.

**Resumo:** Em 1970, o Grêmio Esportivo do Oeste – GEO estava na primeira divisão do Campeonato Paranaense de Futebol com jogo final marcado contra o Coritiba Foot Ball Club para ocorrer no Estádio Bororó na cidade de Guarapuava. Acompanharam os jogadores do Coritiba, mais ou menos cem policiais, vindos da capital do Estado e da cidade de Ponta Grossa. O policiamento, após desarmarem os torcedores guarapuavanos, teve inicio a partida, no decorrer, após o prefeito chamar o juiz de ladrão sendo acompanho pelos demais torcedores houve o tumultuo que gerou o processo-crime nº 971.2.6663 que encontra-se no Arquivo Histórico Municipal e Centro de Documentação e Memória de Guarapuava.

**A MEMÓRIA DO JOGO DE FUTEBOL NO ARQUIVO/CEDOC/G**

Como bem nos lembra Michel de Certeau, as Instituições possuem regras e estratégias, que são constituídas a partir de um lugar, que nasce a partir de um es - paço (CERTEAU, 1998: 80-5). No caso do espaço Arquivo/CEDOC/G, a preocupa - ção com a preservação e conservação de documentos é uma prática institucional e, portanto, uma política de memória que possui regras, procedimentos padrão e um lugar social definido, neste caso a Universidade. Isso é importante na medida em que este ensaio relaciona isto à proposição de Mario Chagas, pesquisador da área de Museologia, que nos diz:

Se aquilo que se preserva é concebido como suporte de informação e como alguma coisa passível de ser utilizada para transmitir (ou en- sinar) algo a alguém, pode-se falar em documento e memória. Nesse caso, pode-se também falar em política de memória. (CHAGAS,

2003: 165).

1Doutora em História, professor(a) adjunto do campus Santa Cruz, da Universidade Estadual do

Centro-Oeste (UNICENTRO), Diretora do Arquivo/CEDOC/G [teresaldanha@hotmail.co](mailto:teresaldanha@hotmail.com)m.

2 Acadêmico do 3º ano do curso de História do campus Santa Cruz, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), bolsista do projeto de Cotas Sociais financiado pela Fundação Araucária, em parceria com a SETI-PR.

Ou seja, a instituição possui responsabilidades e representatividade bem de- marcadas na sociedade, de modo que projetos extensionistas levam a cabo uma atuação que procura corresponder ao seu lugar social, neste caso com políticas de memória. É válido ressaltar que a respeito das discussões acerca da memória, po- der-se-iam fazer referências ainda a outros autores, como Pierre Nora, que reflete acerca dos lugares de memória como produtos de um tempo onde não se vivem mais as memórias, de modo que precisam de um lugar para serem rememoradas (NORA, 1993: 14), mas talvez os autores citados até aqui nos permitem cumprir o objetivo da reflexão proposta. Para tal, cabe referendar: Além de uma política institu - cional de preservação e conservação de documentos, pode-se dizer que o Arquivo/CEDOC/G é também um lugar de memória. Mas que tipo de memórias? Dada a vasta gama de documentação existente, far-se-á referência a um processo - crime específico, que pode contextualizar a ação que projetos desenvolvidos no âm- bito dos arquivos e sua pertinência à sociedade.

O Futebol, principalmente em fins de século XX, poder ser tomado como um vínculo de identidade nacional, principalmente no que diz respeito à Seleção Brasi - leira de Futebol, que, com suas atuações em campeonatos internacionais, como a Copa do Mundo da FIFA3, as transforma em ritos de uma grande comunidade imagi- nada existente para o e a partir do futebol (GUEDES, 2009: 480). Mais do que isso, é produto e produtor de um *popular* no Brasil, e suscetível de apropriação por regi- mes políticos, tal como demonstra o trabalho de Maurício Drummond, que aborda as relações entre o poder e o esporte durante a Era Vargas, ampliando o foco do fute - bol (DRUMMOND, 2009: 214).

Todavia, será o futebol apenas constituído de momentos mágicos e propala - dos como grandiosos? Como se dá essa relação fora do Âmbito do Nacional, visto que com o próprio Certeau demonstrou, pessoas “ordinárias” e comuns fazem parte da história tanto quanto qualquer outro grupo. Talvez neste sentido, a monografia do acadêmico Hugo Carvalho, intitulada “1970 – GEO x CFC Guarapuava enfrenta o Estado: O Caso do Futebol”, nos ajude a refletir. Nela, o autor traça um panorama acerca de uma briga ocorrida durante um jogo de futebol do Campeonato Paranaen - se, em 1971, a partir de um inquérito policial instaurado em 18 de Fevereiro de 1971. No inquérito, formam ouvidos policiais de grupamentos provenientes de Curitiba e Ponta Grossa, que acompanharam a comitiva do *Coritiba Football Club* (CFC), e tor- cedores do *Grêmio Esportivo do Oeste* (GEO), incluindo o prefeito da época e diver- sos radialistas, acusados de incitar a revolta dos populares e causar uma briga ge - neralizada ao fim do jogo (CARVALHO, 2004: 15-30).

Além do processo-crime, Carvalho busca suas fontes em recortes de jornal e todos os fragmentos da mídia à época em acervos particulares, mas, predominante - mente, em materiais do Arquivo/CEDOC/G. Durante sua narrativa não tece maiores críticas às fontes, apenas deixa evidente que tem cada vez menos espaço uma cul - tura do futebol na cidade de Guarapuava – Paraná em relação ao futebol praticado na própria cidade. Como podemos afirmar isso? Vejamos.

3 Federação Internacional de Futebol, em inglês.

**DO JOGO, DOS ATOS, DOS AUTOS**

Do jogo de futebol que resultou em processo-crime, podemos salientar que os policiais que atuavam no jogo, ao desarmarem os torcedores do GEO, antes do ini - cio do jogo, apreenderam 50 canivetes, no intuito de evitar confusões. As emissoras de rádio da época noticiaram que os policiais estavam distribuído dentro do campo a cada cinco metros uns dos outros, compondo um grande número de policiais (cerca de 100) – e foram os próprios radialistas que cobriam o jogo os acusados como insti - gadores do tumulto que levou a população ao final da partida a armar-se de pedras e tijolos para atacar o juiz.

Neste processo-crime foram, portanto, indiciados oito radialistas e o prefeito municipal que, segundo o depoimento dos comandantes do policiamento teria sido o primeiro a instigar a torcida, chamando o juiz de ladrão. Foram arroladas doze teste - munhas ou que estavam assistindo o jogo, ou foram para local observar o desenro - lar dos acontecimentos. Observa-se que foram produzidos para fazerem parte do processo-crime vinte e oito laudos de corpo de lesões corporais tanto de civis como de militares e na folha nº 94 encontra-se duas fotografias de civis hospitalizados por terem sido atingidos com arma de fogo, incluindo uma criança do sexo masculino de

11 anos de idade.

Entre os documentos, pode-se ainda observar os relatórios dos dois coman - dantes da Policia Militar, que prestaram seus esclarecimentos na cidade de Curitiba e doze testemunhas arroladas que foram ouvidas no Primeiro Esquadrão Indepen - dente de Cavalaria, na cidade de Guarapuava. O processo-crime contem 171 folhas, uma fita de áudio da transmissão do jogo e a partir da folha 125 a 132 foram encar - tados recortes de jornais dos feridos hospitalizados; do momento dos depoimentos de alguns policiais na cidade de Curitiba e dos vários debates com relação a violên - cia que foi praticada em Guarapuava, “Onze soldados feridos na baderna do Boro - rós” (Jornal Tribuna do Estado do Paraná) , “Guarapuava é fogo, diz a Policia”, “Onze policiais feridos em Guarapuava’ (Jornal do Estado do Paraná), “Violenta pan - cadaria no final” (Tribuna do Paraná) “Pelas vitimas Grêmio Oeste deixa o futebol”, “Grêmio Oeste afasta-se em caráter irrevogável”.

O promotor publico, ao encerrar o processo observa que os “[...] delitos (…) de lesões de natureza leve (…) autorias são desconhecidas (…) que a pena seria de um ano de detenção. Os fatos ocorreram há mais de seis anos. [...]”. Ou seja, dei - xou-se prescrever a pena e, portanto, não há crime. Mas o que é um crime? Pode ser entendido como estado de anormalidade à regra, pois é mutável em relação a que tipo de regra instaurou-se como conveniente em determinado tempo, tal qual propõe Dornelles (DORNELLES, 1988: 72). Isso da margem para complexificar enormemente as propostas de Carvalho acerca do evento narrado acima, e enrique - cendo as narrativas acerca do tema. Mais ainda, terá essa violência sido encarada como ato de violência por seus atores? Segundo Nilo Odalia, a violência pode assu - mir diversas formas, e não ser encarada como ato violento, assumindo o caráter de honra, por exemplo, ou ainda de equivalência em uma relação considerada desigual, de modo que o ato violento torna-se justificado e até mesmo “necessário” (ODALIA,

1983: 17).

Isso significa que a violência é justa? Não, porém ela está legitimada, pois o estádio e o alambrado são espaços cuja competição por si só justifica atitudes e consequências. Uma evidência disso são as notícias estampadas em um dos frag- mentos de um jornal da época, segundo o qual o Coritiba queria o titulo e o GEO ainda tinha todas as chances de ser campeão. A violência por parte de civis, ainda que não lhes pareça uma violência com sentido negativo e sim justificada em prol da vitória que estava sendo roubada de seu time, e, portanto, de si próprios; contra um órgão estatal, em um momento histórico onde as forças de repressão do Estado es - tavam potencializadas em virtude da Ditadura militar, confere a ela um caráter de cri - me, passível de punição, porque infringiu a ordem; ou melhor, porque infringiu a or - dem contra o Estado – e os palavrões e xingamentos, comuns nos alambrados e na - turalizados nos Estádios, tomaram faces bandidas e criminosas.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Se, nos anos 1970, ao menos dois times profissionais e vários outros amado - res dividiam o campo, agora é o futsal4 que recebe investimentos da PMG e das em- presas locais, tendo inclusive um dos mais tradicionais estádios de alambrado da ci - dade leiloado5, demolido e transformado em loteamento residencial. Ora, a socieda - de de Guarapuava não experimenta mais a memória do futebol local enquanto parti - cipador de campeonatos profissionais6, de modo que memoriais e arquivos tornam- se lugares de memória para eventos como os narrados por Carvalho. Remete-nos novamente a Pierre Nora, quando nos diz que

À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história (NORA, 1993: 15).

A historiografia como campo cientificamente conduzido considera que a Histó- ria é sempre presente, e preocupações diferentes. Sendo diferente da memória, é justamente dos fragmentos do passado e das vontades de memória e lugares de memória, que se engendram narrativas acerca do passado. Revisitar um evento como este não se trata de buscar culpados, ou de estabelecer o que realmente aconteceu, como parece ser o objetivo de Carvalho ao narrar esta História; antes, contudo, é problematizar as relações de poder, percebendo por exemplo a potencia -

4 De forma alguma coloca-se um como superior ao outro, apenas cita-se no sentido de evidenciar a transição.

5 Com repercussão em jornais de até mesmo fora da região de Guarapuava, conforme link:

[http://www.jornaldebeltrao.com.br/esporte/guarapuava-estadio-lobo-solitario-esta-sendo-demolido-](http://www.jornaldebeltrao.com.br/esporte/guarapuava-estadio-lobo-solitario-esta-sendo-demolido-44232/)44232/

6 Não se está por dizer aqui que não existe vínculo com o futebol na cidade de Guarapuava, visto que ainda existem campeonatos de futebol amador na cidade, sem contar as paixões clubísticas alimentadas por transmissões de TV e pela internet. A questão é que o futebol enquanto representante de uma identidade guarapuavana frente a outras municipalidades e como ponto de encontro de uma rede de sociabilidades que vive de e para o futebol, este sim vive uma derrocada em âmbito local.

lização do Estado como repressor, a violência simbólica para alem da física empre - endida pelas instituições do Estado presentes no jogo, e os jogos de signos e signifi - cados acerca das ações, por exemplo.

Na memória dos guarapuavanos, amantes do futebol, este fato marcou a saí - da GEO do futebol profissional para sempre. Não que não tenha tentando outras ve - zes, mas como diz a manchete do jornal “Grêmio Oeste afasta-se em caráter irrevo - gável” isto se concretizou, ficando nos registros e na memória dos guarapuavanos que o GEO, quando tentou concorrer ao primeiro lugar com um time da capital do Estado, o policiamento que veio garantir a vitória daqueles, que não ganharam den - tro de campo, foram “covardes”. Se consultadas outras fontes, daquele dia também lembrar-se-á da saída dos dois ônibus que transportavam os militares e um que le - vavam os jogadores, que usaram ruas subalternas do bairro com seus vidros todos quebrados.

Ora, há muito é consenso no campo histórico que não existe história total, mas é igualmente aceito que não há verdade absoluta, e uma história é sempre pas - sível de ser contada novamente. Porém, isso só é possível porque existem docu - mentos, fragmentos de memória que permitem revisitar certos temas com novos olhares, e é exatamente aí que reside a importância do Arquivo/CEDOC/G. Quantas páginas ainda podem ser contadas acerca destas memórias? Na mesma medida em que o tempo passa e nos ajuda a compreender melhor certas situações, sua ação também dissolve os fatos nas águas do esquecimento. Seja na perda das fontes es- critas ou materiais audiovisuais, seja na memória dos que tiveram participação direta ou indireta na “violenta e pancadaria” ocorrida nos 1970.

Recorrendo novamente a Mario Chagas, pode-se dizer, portanto, que a memória ocupa uma função primordial na sociedade, e de forma alguma a Academia ou os Arquivos e CEDOCs são guardiões de uma memória oficial ou prioritariamente verdadeira e irrefutável, mas é justamente porque nestes ambientes, invariavelmente, políticas de memória não transformam-se em memórias políticas; são, portanto, acessíveis por meio de técnicas de conservação e preservação, que tem seu lugar na sociedade:

Durante todo o tempo, mantive em mente a ideia (...) de que a memória, sendo retrospectiva e prospectiva, pode fornecer a cada um de nós ‘uma perspectiva para a interpretação das nossas experiências do presentes e para a previsão do que virá a seguir’. A memória só tem sentido se atualizada. (CHAGAS, 2003: 169-170).

Deste modo, concordando com Chagas, é visível a importância de trabalhos como o executado no Arquivo/CEDOC/G, que possibilita aos professores enriquecerem suas aulas, aos pesquisadores formularem seus trabalhos e contarem histórias, e aos cidadãos criticarem suas próprias memórias, visto que toda a documentação da instituição é um patrimônio público, cujo acesso e crítica compõem um exercício de cidadania.

**Agradecimentos**



**Referências Bibliográficas**

CARVALHO, Hugo Rodrigo de. 1970 – **GEO x CFC Guarapuava enfrenta o Estado: O caso do futebol**. 120 F - Monografia de conclusão de curso. Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. Guarapuava, 2004. CERTEAU, Michel de. Uma cultura muito ordinária – Um lugar comum: a linguagem ordinária. In: . A invenção do cotidiano: Artes de Fazer. 3 Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. P. 59-72.

CHAGAS, Mario. **Memória Política e Política da Memória**. In: ; ABREU, Regina. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A,

2003.

DORNELLES, J. R. W. **O que é crime**. São Paulo: Editora brasiliense, 1988. DRUMMOND, Maurício**. O Esporte como política de Estado: Vargas**. In: PRIORE, Mary Del; MELO, V. A. (Orgs.) História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009. P. 213-244.

GUEDES, Simoni Lahud. **Futebol e identidade nacional: reflexões sobre o Brasil**. In: PRIORE, Mary Del; MELO, V. A. (Orgs.) História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009. P. 473-480.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos pós-graduados do Departamento de História. São Paulo. Dezembro/93. nº 10. p. 7-29.

ODALIA, Nilo. **O que é violência.** São Paulo: Editora brasiliense, 1983.